Estado do Rio de Janeiro

CÂMARA MUNICIPAL DE CABO FRIO

REQUERIMENTO Nº 167/2015. Em, 27 de Outubro de 2015.

REQUER POSICIONAMENTO SOBRE A NÃO MANIFESTAÇÃO DO EXECUTIVO E DO LEGISLATIVO QUANTO AOS PROJETOS DE LEIS DE AUTORIA DESTE VEREADOR.

O Vereador que esta subscreve, atendendo tudo mais o que determina o interesse público, REQUER à Douta Mesa, na forma regimental, o envio de expediente requerendo posicionamento sobre a não manifestação do Executivo e do Legislativo quanto aos projetos de leis de autoria deste Vereador.

Sala das Sessões, 27 de Outubro de 2015.

CELSO CAETANO DE MIRANDA
Vereador - Autor

JUSTIFICATIVA:

Senhor Presidente, Senhores Vereadores, causa estranheza que passados quase três anos da legislatura desta Casa, que projetos de leis de minha autoria amarguem o fundo das gavetas do Executivo e do Legislativo, já que, por parte do Executivo Projetos de Leis de 2013 e 2014 não tenham sido sancionados ou sequer votados gerando ao autor um sentimento profundo de impotência diante de um vereador eleito pelo povo, mas que tem sua produção legislativa atrelada a motivos que desconhecemos. Sabido é que a Lei Orgânica de Cabo Frio, as Constituições Estadual e Federal garantem aos vereadores a plenitude de suas funções que aqui vou lembrar: fiscalizar e legislar, ou seja senhor presidente e senhores vereadores, criar leis. Pois é o que tenho feito. Quero informar a esta Casa que farei valer o meu mandato, dentro da forma da lei, inclusive, indo aos Ministérios Público estadual e federal para que garantam o cumprimento daquilo que se espera de um Estado democrático de direito. Passados 34 meses o Executivo Municipal, indo na contramão da Constituição federal não promove por seu intermédio a sanção dos projetos de leis anexos a este requerimento, e também não os publica em diário oficial para que se positive e tenha validade e utilidade para o cidadão comum.

Dito isto, solicito a esta nobre Mesa Diretora que explique a este colegiado o porquê de tanto desrespeito com os mandatários desta Casa, parecendo que o Executivo se acha proprietário de nosso mandato e que pouco valor está dando as regras legais e constitucionais.